

Este estudo tem por objeto as Políticas Afirmativas (PA), implantadas desde 2001, que visam a ampliação das oportunidades de acesso de candidatos discriminados por renda ou raça/etnia através de reserva de vagas ou de uma pontuação extra na nota no vestibular. A pesquisa desenvolvida envolveu duas etapas de análise: 1) a contextualização teórica das políticas e a análise de experiências internacionais; 2) o impacto das PA para a democratização e ampliação do acesso ao ensino superior no Brasil. Na primeira etapa foi realizada uma pesquisa bibliográfica dos conceitos: equidade (RAWLS, MCCOWAN), igualdade formal e igualdade de oportunidades e de resultados (DUBET, BELLINTANI). Também foi feita uma análise comparada das experiências internacionais de ações afirmativas através de bibliografia, documentos e sites internacionais. Na segunda etapa buscou-se analisar os sistemas de PA implantados e os impactos no ensino superior brasileiro. Esta pesquisa teve por base dados secundários disponibilizados pelo INEP/MEC. Além disso, foram consultados 88 editais de processos seletivos das IES que possuem PA (54 estaduais e 34 federais), atentando para: o funcionamento dos sistemas; os modelos de políticas afirmativas que existem nas IES; o critério básico adotado (social ou racial); a porcentagem de vagas reservadas e; o impacto da matrícula pelas PA sobre o total das matrículas nas IES públicas. A análise de PA internacionais revela que na sua maioria são políticas de governo federal com prevalência do critério étnico/racial. A análise das PA no Brasil mostra que estas são resultado de política institucional e, em alguns casos, de legislação estadual. Constatou-se a existência de 4 modelos de PA nas IES investigadas: cotas sociais (22,7%), cotas raciais (19,3%), cotas sociais e raciais (47,7%) e o acréscimo de bônus (10,2%); com a prevalência do critério social. Os dados revelam que não há um impacto significativo na matrícula (são destinadas 15% das vagas no ES público) e que as PA não contribuem para o seu aumento. Porém garantem maior diversidade (social e racial) na universidade.